



O legado da SOCIAL-DEMOCRACIA nos últimos 35 anos

2



Social-democracia

É a corrente política que, partindo da tradição socialista, aceitou disputar o poder dentro das regras do jogo da democracia liberal.

Os sociais-democratas contemporâneos acreditam no papel do Estado para alcançar o bem coletivo e tendem a enfatizar a ideia de “sociedade” em detrimento da de “indivíduo”, mas não defendem a revolução violenta ou a derrubada do sistema representativo liberal para alcançar seus objetivos, buscando-os pela via política e parlamentar.

Uma vertente mais liberal economicamente da social-democracia, estimulada pelo pensador Anthony Giddens no Reino Unido, nascida nos anos 90 do século XX, é chamada de “Terceira Via”.



Lucas Berlanza
Presidente do Instituto Liberal



Sumário

Analfabetismo	3
Ativismo judicial	4
Carga tributária	6
Constituição cidadã	8
Corrupção	10
Desigualdade	12
Desindustrialização	14
Desmatamento	16
Dívida pública	18
Educação	20
Funcionalismo público	22
Infância desassistida	24
Número de municípios	25
Partidos políticos	26
Poder judiciário	28
Segurança pública	30
Trabalho infantil	31
Ranking	32

Analfabetismo

- Durante o governo militar, em 1968, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL com o objetivo de erradicar o analfabetismo no Brasil em substituição ao método de autoria do controverso Paulo Freire.
- Também este novo modelo que era para a alfabetização de pessoas com mais de 15 anos não deu muito certo, pois era fortemente influenciado pelas teorias de Freire. O objetivo era proporcionar a alfabetização funcional e educação continuada em cursos especiais.
- O MOBRAL foi efetivamente implementado a partir de 1971 durante o governo Médici. Por mais de uma década jovens e adultos foram alfabetizados, mas a recessão econômica dos anos 80 fez com que o programa fosse descontinuado.
- Após o regime militar, o novo governo social-democrata de José Sarney, como é usual no Brasil, mudou o nome do MOBRAL. Em 1990, ele foi definitivamente extinto, deixando milhões de analfabetos.
- Os governos sociais-democratas de Collor, Itamar, FHC, Lula e Dilma foram incapazes de colocar este tema em prioridade. O Brasil possui hoje 6,6% da população, 11 milhões de pessoas, acima de 15 anos que não sabem ler e escrever.
- Temos ainda outros milhões de analfabetos funcionais, ou seja, aqueles que não são capazes de interpretar um texto e fazer operações de matemática. Alfabetizar é dar dignidade ao cidadão para que ele possa exercer o seu papel na sociedade.
- Governar é alocar recursos. O governo PT, por exemplo, preferiu financiar obras de aeroportos, portos, rodovias, metrô e hidrelétricas em outros países a erradicar o analfabetismo no Brasil, pois o seu discurso é próprio para os analfabetos.
- PERGUNTA: por que a social-democracia não erradicou o analfabetismo em mais de 30 anos no poder? Os sociais-democratas preferem cuidar bem das elites (como cuidaram) e manter parte da população na pobreza, iludindo-a nos discursos eleitorais.



Ativismo judicial

- O ativismo judicial é o abuso que os juízes praticam contra a vontade cívica dos eleitores. Nas eleições, os cidadãos elegem os seus representantes pelo voto, que por sua vez elaboram a Constituição e as leis.
- Inconformados com o resultado democrático das urnas, certos juízes extrapolam o poder de interpretação das normas jurídicas, que a própria democracia lhes outorga, para criar verdadeiras “leis judiciárias”.
- O ativista judicial é o “juiz legislador”, militante de suas próprias causas. A sua vítima é o cidadão, cuja vontade eleitoral é anulada. O cidadão deixa de precisar obedecer ao legislador por ele eleito para ser submetido ao arbítrio imprevisível dos magistrados ativistas.
- No Brasil, o abuso do ativismo judicial extrapolou todos os limites. A Constituição de 1988 deu poder ilimitado para que os juízes declarem a inconstitucionalidade das leis. Quando não há lei, a Constituição diz que o juiz pode declarar a inconstitucionalidade por omissão do legislador, ou seja, os juízes simplesmente podem fazer a lei a partir de seus próprios parâmetros, sem nenhuma discussão social ou limite.
- Quase todas as leis feitas pelos representantes do povo brasileiro estão sendo contestadas judicialmente, o que é grave desvio institucional, único no mundo. A democracia foi usurpada pelo governo dos juízes ativistas.
- Todos os direitos do povo foram degradados neste sistema disfuncional. As propriedades privadas são invadidas com violência, no campo e na cidade, mas os juízes ativistas não dão ou não deixam cumprir as ordens de reintegração. Durante o governo petista, depois de centenas de invasões violentas de propriedades agrícolas por índios manipulados por ONGs e militantes de esquerda, o Supremo Tribunal Federal impediu uma das reintegrações porque, na cultura indígena, considerou a “valorização da bravura (que não deve ser confundida com violência)”.



Ativismo judicial *(cont.)*

- A mais perigosa ausência de limite para o ativismo judicial se dá com a “criação” de lei penal pelos juízes. São poucos exemplos na história da humanidade: os magistrados do Nazismo de Hitler, os juízes comunistas da União Soviética e de Cuba. O Brasil entrou neste triste rol. Recentemente, por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal “criou” lei penal para a homofobia.
- Os muitos juízes independentes passaram a viver ameaçados. PT e PSDB se uniram para fazer a Reforma do Judiciário de 2004. A magistratura séria e profissional do Brasil passou a viver intimidada pelos Conselhos de Justiça. Os juízes independentes temem por suas carreiras e podem ser levados a julgamento por contrariarem os militantes de esquerda e seus aliados.
- O Brasil precisa fazer uma mudança constitucional séria e profunda no sistema de justiça para assegurar o império da lei elaborada pelos representantes do povo e garantir aos juízes compromissados com a democracia a independência para os julgamentos.

Carga tributária

- Durante os governos da social-democracia, a carga tributária saltou de 24,30% do PIB em 1984 para 33,17% em 2019, ou seja, aumentou 36% em 35 anos: praticamente 1 ponto percentual ao ano! Os sociais-democratas são famosos por aumentar a carga tributária.
- Se considerarmos o déficit de 7%, a nossa carga tributária se equipara à de Bélgica, Áustria e França, que possuem uma elevada qualidade de serviços na segurança, educação, saúde, saneamento e infraestrutura como contrapartida aos impostos arrecadados dos cidadãos.
- Desde a Constituição “cidadã”, foram criados inúmeros tributos, como CPMF, COFINS, CIDE, CIP, CSLL, PIS importação, COFINS importação, ISS importação e outros. Criaram novos impostos, aumentaram alíquotas, mas foram incapazes de reduzir o tamanho da máquina.
- Foram editadas 419.387 normas tributárias desde a Constituição, de acordo com estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário – IBPT. O efeito perverso disso foi a geração de um contencioso de R\$ 4 trilhões, demonstrando a voracidade arrecadatória dos governos.
- O Brasil está na 4a. posição no *ranking* das maiores cargas tributárias sobre empresas, depois da Índia, Malta e Congo. Elevar a taxação de quem cria empregos e gera riqueza é um absoluto contrassenso. Pior: o país possui uma das mais elevadas tributações sobre a folha de pagamentos, ou seja, gera desestímulo ao emprego.
- O custo deste Estado gigantesco, pesado, burocrático, lento e oneroso para o cidadão pagador de impostos equivale a cada trabalhador trabalhar 5 meses por ano apenas para pagar impostos. A solução é, concomitantemente, reduzir impostos e o tamanho da máquina pública.



Carga tributária *(cont.)*

- Os sociais-democratas cuidam muito bem dos servidores do judiciário, legislativo e executivo e, por consequência, devido ao custo do funcionalismo, sua diferenciada remuneração, aposentadoria precoce e integral, seus privilégios, benesses e penduricalhos, geraram-se estas absurdas desigualdade e pobreza no país.
- Assim, até 2020 tínhamos 2 classes de cidadãos: os de 2ª classe, que são os trabalhadores da iniciativa privada, com 14 milhões de desempregados, e os de 1ª classe, que são 12 milhões de funcionários públicos com estabilidade de emprego e zero desemprego. Registro que os cidadãos de 1ª classe são pagos pelos cidadãos de 2ª classe.



Constituição cidadã

- A Constituição desagradou à esquerda por não ter adotado o regime socialista. Em compensação, carregou a mão assegurando inúmeros direitos aos trabalhadores e consagrando diversos “direitos sociais”. A palavra “direito” aparece 90 vezes enquanto “dever” apenas 7.
- Nossa Constituição foi elaborada em 1988, infelizmente, 1 ano antes da queda do muro de Berlim. Tivesse sido depois, teríamos uma Constituição mais moderna, pois, com a queda do muro, foram desmascaradas as ideias do socialismo.
- Como os sociais-democratas estavam no poder pós-período militar, foi um momento de revanchismo e ao mesmo tempo de romantismo e a Constituição buscava o modelo de social-democracia inspirado na Europa Ocidental.
- Ney Prado diz que essa Constituição trouxe mais dúvidas do que certezas, tornando-se, sem dúvida, um entrave à governabilidade e ao desenvolvimento do país. Roberto Campos anteviu todos estes problemas durante as discussões.
- De acordo com Roberto Campos, a Constituição de 1988 criou “O hexágono de ferro”(22/10/95) que dificulta a modernização administrativa e cujos lados são: estabilidade do funcionalismo, irredutibilidade dos vencimentos, isonomia de remunerações, autonomia dos poderes para fixação de seus vencimentos, direito quase irrestrito à greve nos serviços públicos e regime único de servidores.
- Em mais de 30 anos no poder, os sociais-democratas foram incapazes de cumprir o que eles próprios escreveram: Art. 3º, III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.



Constituição cidadã *(cont.)*

- O deputado constituinte Fernando Gasparian propôs, e foi aprovado pela maioria, o juro máximo de 12% ao ano quando tivemos inflação de até 3% ao dia. Aberrações como essa são inúmeras.
- A Constituição promete o paraíso e entrega o Brasil, dificulta a administração do país, é corporativista, o direito de propriedade só é garantido desde que cumpra sua “função social” e é tão falha que já foi alterada com + de 100 emendas.
- A Constituição Americana recebeu menos de 30 emendas desde sua promulgação há mais de 230 anos.

Corrupção

- A forte presença do Estado na economia, com um elevado número de estatais, criou um ambiente propício para a prática de desvios e irregularidades. O Estado, que deveria ser o exemplo maior de comportamento ético e segurança jurídica, é reconhecido pelo não cumprimento de contratos aos seus fornecedores e empreiteiros, o que construiu uma relação incestuosa, onde o Estado não cumpre os contratos, mas compensa o fornecedor com aumento de custos dos produtos e serviços, onerando os pagadores de impostos.
- Assim surgiram os “aditivos”, fraudes, superfaturamento, desvios, roubos, corrupção, financiamento de campanhas, propinas e toda espécie de falcaturas em elevado grau de sofisticação, tendo a sociedade como a grande perdedora. Essa relação se dava, direta ou indiretamente, através de políticos e servidores públicos.
- Nos mais de 30 anos, durante os governos da social-democracia, os escândalos de corrupção ficaram mais evidentes. O primeiro governo pós regime militar, do ex-presidente Sarney, colecionou denúncias de corrupção, superfaturamentos e irregularidades principalmente na construção da ferrovia norte-sul.
- No governo seguinte, de Fernando Collor, denúncias de corrupção, enriquecimento ilícito e pagamento de propinas na Petrobras levaram à renúncia e logo depois ao impeachment do ex-presidente.
- Uma das marcas do governo FHC foi a emenda que possibilitou a reeleição, mas denúncias feitas à época mostraram que isso só ocorreu com um amplo esquema de compra de votos. Deputados chegaram a relatar ter recebido R\$ 200 mil em dinheiro para votar a favor da reeleição.
- Nos governos petistas de Lula e Dilma, a corrupção, usando principalmente as empresas estatais, foi escancarada. Mensalão nos Correios, Petrolão e Lava-jato na Petrobras e Eletrolão na Eletrobras foram algumas das operações deflagradas durante os dois governos. Não se pode esquecer da chuva de dinheiro em esquema envolvendo a Hemobras.



Corrupção *(cont.)*

- Segundo a ONU, o Brasil perde anualmente R\$ 200 bilhões com corrupção, valor maior que os orçamentos dos Ministérios da Saúde, Educação e Segurança. Ranking elaborado pela organização Transparência Internacional que avalia a percepção da corrupção no setor público em 180 países mostrou que em 2018 o Brasil estava na 105ª posição, junto a países como Argélia e Costa do Marfim.
- É urgente que projetos em tramitação no Congresso como a prisão em segunda instância e o fim do foro privilegiado sejam aprovados para dar fim a privilégios e garantir que corruptos e corruptores sejam efetivamente punidos.

Desigualdade

- A Constituição “cidadã” estabelece em seu artigo 5º que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. As desigualdades no Brasil são fruto da Constituição, desse Estado gigantesco e a má alocação de recursos públicos que privilegia uma classe de cidadãos.
- Ao longo desses mais de 30 anos de social-democracia, o que vimos no Brasil foi a formação de duas categorias de cidadãos: os de 1ª classe e os de 2ª. Os de 1ª classe são os que trabalham no Estado com estabilidade de emprego, manutenção dos salários e uma série de benefícios e privilégios. Já os de 2ª classe são os pagadores de impostos que sustentam os de 1ª classe.
- Os servidores públicos no Brasil ganham até 67% mais do que empregados da iniciativa privada, de acordo com estudo realizado pela CNI. A média da OCDE é de 14%. Enquanto a renda do trabalhador brasileiro é de R\$ 2,5 mil, os salários médios dos empregados das estatais chegam a R\$ 31,3 mil mensais.
- Temos cerca de 30 milhões de brasileiros com carteira assinada e 12 milhões de servidores públicos (incluindo das estatais), ou seja, 40% da força de trabalho formal é de servidores que custam aos pagadores de impostos. Número astronômico, mas que não se reverte em qualidade de serviços para os cidadãos, ao contrário.
- Estudo da FGV com base nas declarações do imposto de renda de 2018 revela que 6 entre as 10 categorias mais bem pagas do país estão no setor público. Isso foi fruto de diversos governos passados que criaram essa brutal discrepância no país, constituindo um establishment que defende seus próprios interesses em detrimento dos interesses do cidadão comum.

Desigualdade *(cont.)*

- A renda per capita de Brasília é praticamente 3 vezes a renda média brasileira e 2 vezes a do Estado de São Paulo. Em outras palavras, quem nada produz tem uma renda que é o dobro de quem produz. Isso é fruto dos altos salários do funcionalismo público, o que amplia ainda mais as desigualdades. Injusto!
- Outro fator que mostra a desigualdade no Brasil é o foro privilegiado, um mecanismo previsto na constituição que garante aos cidadãos de 1ª classe o direito de serem julgados por tribunais superiores. Estima-se que mais de 55 mil pessoas no Brasil usufruam desse “direito”.
- Chega ao absurdo de certas categorias de cidadãos de 1ª classe terem, dentre os penduricalhos, ajuda de custo para comprar “paletó”. Uma afronta ao cidadão pagador de impostos!
- Temos visto desembargadores afastados por venda de sentenças sendo premiados com o afastamento do cargo, mas vendo mantidos seus salários, benefícios, benesses e penduricalhos. Isso até pode ser legal, mas seria ético?

Desindustrialização

- A indústria da transformação representava 35% do PIB em 1985, final do governo militar, e, após mais de 30 anos de governos da social-democracia, caiu para 11,2% em 2020.
- O Brasil é o país do BRICS que mais se desindustrializou durante esse período, perdendo a corrida para os emergentes.
- Ao longo dos governos sociais-democratas, o Brasil se tornou uma das economias mais fechadas e mais difíceis de empreender, dando origem ao conceito de “custo Brasil”, composto principalmente por um complexo sistema tributário, retrógrada legislação trabalhista e excesso de burocracia, onera o trabalho e encarece o produto nacional de tal modo que foram criadas barreiras de proteção para certos setores.
- O “custo Brasil”, somado à ausência de um saudável ambiente competitivo e eficaz processo regulatório, fez com que muitas multinacionais parassem de produzir no país e empresas nacionais não se tornassem competitivas no mercado global.
- A estabilidade política e fiscal, fatores que interferem no risco-país (CDS), são inerentes ao fluxo de capital e investimento estrangeiro que, por consequência, sofreu forte desaceleração.
- As políticas intervencionistas da social-democracia tornaram o Estado cada vez maior e mais pesado e os principais setores nacionais dependentes de subsídios constituíram bancadas organizadas no Congresso Nacional para a defesa de seus interesses.
- Elevadas taxas de juros durante todo esse tempo e o afrouxamento das políticas monetária e fiscal contribuíram para um perverso efeito de *crowding-out*.



Desindustrialização (cont.)

- Como consequência, houve uma diminuição do investimento privado, visto que o financiamento se tornou mais caro para as empresas e o endividamento do país cresceu à medida em que os gastos públicos aumentaram sem que houvesse como contrapartida expansão econômica, resultando em retração do PIB.
- O Brasil permanece hostil ao empreendedorismo e inovação, punindo os empresários e pagadores de impostos com a ineficiência do Estado, que requer mudanças estruturais e novos arranjos institucionais para entrarmos em um ciclo virtuoso de crescimento.

Desmatamento

- Desde que os sociais-democratas chegaram ao poder, de 1985 e até 2018, o Brasil perdeu 89 milhões de hectares de áreas naturais em seu território, extensão equivalente a 20 vezes a área do Estado do Rio.
- A área de floresta natural no Brasil foi reduzida de 587 para 505 milhões de hectares, ou seja, uma queda de 14% em 34 anos. A Mata Atlântica foi desmatada em 80% e a Floresta Amazônica em 17%.
- Centenas de ONGs ambientalistas, partidos verdes, ativismo eco ambiental e as mídias nacional e internacional têm sido muito críticos e barulhentos, mas com muito baixa contribuição. Registre-se o elevado grau de corrupção, fraudes e desvios na maioria das referidas ONGs.
- Entre 1995 e 2005, o número de ONGs voltadas ao meio ambiente cresceu quase 600%, ao mesmo tempo em que o desmatamento no país alcançou patamares recordes, demonstrando a ineficiência destas organizações.
- O atual sistema nacional de unidades de conservação e o Código Florestal Brasileiro já nasceram obsoletos, pois, diferentemente dos países desenvolvidos, impedem que haja atividade econômica em áreas de proteção ambiental e unidades de conservação. Assim, o país perde oportunidades de criação de empregos e geração de riqueza.
- Os ambientalistas, diferentemente dos ecologistas, se negam a aceitar que o meio ambiente é um ativo natural que, se explorado corretamente, pode beneficiar o desenvolvimento socioeconômico do país, preservando mutuamente seus ecossistemas.



Desmatamento *(cont.)*

- Em 24 de agosto de 2001, no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi editada a medida provisória nº 2157-5, que extinguiu a SUDAM e criou a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), que passou a ser a responsável pelo gerenciamento dos programas relativos à Amazônia Legal. A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) foi recriada pela Lei Complementar nº 124 de 03/01/2007 em substituição à até então Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA). Com esse dispositivo, a Amazônia brasileira passou a ser chamada de Amazônia Legal, fruto de um conceito político e não de um imperativo geográfico.
- O aparato legal apenas tornou mais complexo o controle e a regularização das atividades legais de exploração e, como consequência, colaborou para que as operações ilícitas ganhassem escala. Dessa forma, o Brasil perdeu a chance de transformar toda a riqueza das áreas desmatadas em atividades econômicas sustentáveis de modo a reduzir tamanha desigualdade e pobreza existente nas regiões onde há exploração ilegal.

Dívida pública

- A dívida pública surge e aumenta sempre que o governo irresponsavelmente gasta mais do que arrecada. Assim, quando os impostos e demais receitas não são suficientes para cobrir as despesas, o governo é financiado por seus credores (pessoas físicas, empresas, bancos etc.) por meio da emissão de títulos da dívida.
- "Governar é alocar recursos. Governos anteriores não souberam alocar os recursos de modo eficiente e se endividaram inchando a máquina pública para financiar os seus projetos políticos de poder e fortalecer o aparato e establishment estatal.
- A dívida, que era de 35% do PIB quando os sociais-democratas chegaram ao poder, atingiu 77% em 2018.
- Por sua vez, houve um aumento do custo de carregamento da dívida, que são os juros e amortizações. Ou seja, quanto maior a dívida, maior o seu custo de rolagem. A despesa com o pagamento de juros da dívida chegou ao patamar de R\$ 450 bilhões por ano durante o governo petista.
- O descontrole do gasto público somado ao endividamento provoca uma série de efeitos colaterais como a elevação da taxa de juros e da inflação, a perda de confiança do investidor, o risco de moratória (calote), a desqualificação em agências de classificação de risco, dentre outros.
- A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar 101/2000, não foi suficiente para conter a trajetória da dívida, uma vez que significou uma burla à própria regra ao permitir que novas formas de endividamento surgissem.



Dívida pública (cont.)

- A intervenção cada vez maior do Estado na economia, colocando o Brasil nas piores posições nos *rankings* econômicos globais, somada a uma política assistencialista financiada através do endividamento em bola de neve, foi responsável pelo crescimento da desigualdade, desemprego e pobreza.
- Portanto, desestatizar é também uma forma de reduzir dívida através da redução da participação do Estado no mercado, competindo com a iniciativa privada. Nossas estatais e o petróleo da União valem, no mínimo, R\$ 1 trilhão, e esses ativos poderiam ser vendidos para reduzir a dívida e pagar menos juros.
- O Estado é um péssimo gestor do dinheiro recolhido dos cidadãos pagadores de impostos e pouco reverte para a sua qualidade de vida. Precisamos reduzir nosso monstruoso Leviatã e desonerar o cidadão. O dinheiro é mais eficiente no bolso do cidadão e não gerido pelos nossos governantes.



Educação

- O Brasil gasta mais de 5% do PIB em educação, enquanto a média dos países da OCDE é de 4,1%. Mesmo assim, existem mais de 11 milhões de brasileiros analfabetos, o que representa 6,6% da população.
- Alfabetizar é dar dignidade ao cidadão para que ele possa se integrar à sociedade e cumprir o seu papel, mas ainda temos milhões de analfabetos funcionais, ou seja, aqueles incapazes de interpretar um texto e fazer operações de matemática.
- O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) mostrou que o Brasil tem baixa proficiência em leitura, matemática e ciências, se comparado com outros 78 países que participaram da avaliação, e ficou entre as 10 piores posições. 43% dos brasileiros de 15 anos não sabem o mínimo de leitura, matemática e ciências.
- Em relação a escolarização, os estudantes brasileiros estão três anos e meio atrás dos países da OCDE quando o assunto é proficiência em matemática.
- Pesquisa do IBGE mostra que mais da metade dos adultos brasileiros não concluíram o ensino médio. No nordeste, 3 em cada 5 adultos não completaram essa etapa educacional.
- Das 50 milhões de pessoas de 14 a 29 anos do país, 20,2% (ou 10,1 milhões) não completaram alguma das etapas da educação básica. O maior percentual, 71,7%, eram negros ou pardos.
- O atraso ou abandono escolar atingia 12,5% dos adolescentes de 11 a 14 anos e 28,6% das pessoas de 15 a 17 anos.



Educação *(cont.)*

- Entre os jovens de 18 a 24 anos, quase 75% estavam atrasados ou abandonaram os estudos, sendo que 11% estavam atrasados e 63,5% não frequentavam escola e não tinham concluído o ensino obrigatório.
- O Brasil está em último lugar entre os países da educação básica em programas de educação profissional e tecnológica na comparação com os países da OCDE.
- De nada adiantou nossa Constituição garantir o “direito” à educação e os mais de 30 anos de governos sociais-democratas não solucionaram este grave problema brasileiro. É preciso um governo liberal para resolver isso!

Funcionalismo público

- Em 1986, quando os militares deixaram o poder, havia 5,1 milhões de servidores públicos no país. Eram cerca de 1 milhão de servidores federais, 2,4 estaduais e 1,7 municipais. O total mais que dobrou, passando para 11,4 milhões, sem incluir as empresas públicas.
- Em 2020 eram 1,2 milhões de servidores federais = aumento de quase 50%. 3,7 milhões de servidores estaduais = aumento de + 50% e 6,5 milhões de servidores municipais = aumento de 400% ou 4 vezes mais.
- No mesmo ano havia cerca de 30 milhões de brasileiros com carteira assinada e 12 milhões de servidores (incluindo das estatais), ou seja, 40% da força de trabalho formal são servidores que custam ao pagador de impostos.
- Dos 42 milhões de brasileiros com trabalhos formais (servidores + carteiras assinadas), cerca de 30% eram servidores pagos pelos cidadãos pagadores de impostos e cuja entrega de serviços é muito ruim.
- O inchaço se deveu ao substancial aumento de municípios. Eram cerca de 4000 em 1980 e hoje são 5.570 = + 40%. Como os social-democratas defendem um Estado grande e uma elite de privilegiados que são os seus eleitores, houve este aumento.
- As maiores remunerações são dos servidores federais, seguidas pelos estaduais e depois pelos municipais. As maiores remunerações se concentram no judiciário, seguidas pelo legislativo e depois pelo executivo.
- Os servidores ativos federais custam 24,2% da Receita Corrente Líquida - RCL. Os estaduais custam 36,8% e os municipais 46,2%. A consequência disso é que a maior parte da arrecadação vai para custeio de salários.



Funcionalismo público *(cont.)*

- O funcionalismo público no Brasil, de acordo com recente estudo da Secretaria do Tesouro Nacional, consome 13,7% do PIB versus Reino Unido com 9,5% e Estados Unidos 10%. Resumindo, o Brasil gasta mais que seus pares e daí uma má alocação de recursos.
- Esta má alocação de recursos significa que o Brasil gasta, relativamente ao Reino Unido, R\$ 328 bilhões por ano a mais em salários, benesses e penduricalhos, quando poderia investir no social, na qualidade de vida do cidadão.
- Para se ter uma ideia deste volume de dinheiro, isso daria para, em 2 anos, doar uma casa para cada brasileiro sem teto e acabar de vez com o déficit habitacional hoje de 5,5 milhões de unidades.

Infância desassistida

- A infância e os adolescentes de hoje serão o alicerce do Brasil de amanhã. A PNAD Contínua 2018 estimou em 35,5 milhões de crianças até 12 anos de idade que representam 17,1% da população brasileira.
- 14,3% das crianças e adolescentes não têm acesso à água. 7,3% têm água em casa, mas não filtrada ou de fonte segura. A privação de água é predominante nas regiões Norte, Nordeste e zona rural.
- 24,8% das crianças e adolescentes vivem sem saneamento básico, dos quais 70% são negros. Saneamento básico nunca foi uma estratégia e prioridade dos governos nos últimos 30 anos.
- Em descarte de resíduos, 21,9% das meninas e meninos brasileiros vivem em domicílios com fossas rudimentares, valas ou esgotos sem tratamento. 6 em cada 10 crianças e adolescentes vivem na pobreza.
- De acordo com a PNAD 2015, 2,8 milhões de meninos e meninas não frequentavam escolas. A exclusão é maior entre crianças de 4 a 5 anos na educação infantil e adolescentes de 15 a 17 anos no ensino médio.
- A Constituição cidadã de 1988, que carregou a mão nos “direitos”, achando que resolveria todos os problemas do país por meio de leis, inclusive a pobreza e educação, mostrou ser ineficiente e populista.
- 20,3% das crianças e adolescentes de 4 a 17 anos não são atendidos pelo “direito à educação”. 13,8% estão nas escolas, mas são analfabetos, e 6,5% estão fora da escola em privação extrema.
- Durante os governos da social-democracia, os políticos carimbaram o dinheiro, dentre outros, para a saúde e educação, que são irrigadas com um volume enorme de dinheiro.
- Coincidentemente, foram os ministérios da Saúde e Educação, cheios de dinheiro, que foram alvo do maior volume de corrupção. Apesar da enorme quantidade de dinheiro, os recursos não são bem alocados e há muito desperdício.
- O abandono de nossas crianças e adolescentes mostra o descuido dos governos da social-democracia. Somente um governo liberal que reduza o tamanho do Estado poderá resolver esta questão.

Número de municípios

- Com a promulgação da Constituição “cidadã”, houve uma explosão do número de municípios. Em 1980, o Brasil tinha 3991 municípios e hoje são 5.570! Aumento de 40% no número de municípios!
- 35% destes municípios não têm recursos próprios para cobrir suas despesas. Esses gastos são cobertos pelo Fundo de Participação dos Municípios, que no ano passado distribuiu R\$ 109 bilhões. Péssima alocação de recursos.
- O aumento do número de municípios gerou ampliação de cargos e despesas, aumentando o tamanho do Estado: são 5.570 prefeitos e mais de 57.000 vereadores remunerados onerando os pagadores de impostos.
- São 6 milhões de servidores públicos nos municípios. 50% do número de servidores do país. Esta máquina onerosa desvia recursos para gastos quando poderia ser em investimentos.
- Chegou a tal ponto que temos municípios com menos de 1000 habitantes. Os nossos políticos, amparados pela constituição, aumentaram o número de municípios de acordo com os seus interesses pessoais, agigantando o Estado.
- Tramita no congresso, desde 2019, a tímida PEC do Pacto Federativo, que prevê a extinção dos municípios com menos de 5.000 habitantes e dependentes em mais de 10% de recursos da União para pagar suas despesas.
- Graças à nossa Constituição “cidadã”, elaborada pela social-democracia, o Estado foi agigantado e a criação de municípios gerou um custo desnecessário ao cidadão pagador de impostos.
- Políticos se aproveitaram disso e institucionalizaram a carreira política remunerada de prefeitos e vereadores em centenas de pequenos municípios que jamais poderiam existir. Triste legado e difícil de ser corrigido.

Partidos políticos

- Havia em 2020 no Brasil 33 partidos políticos, 29 registrados no período de governos da social-democracia e mais de 77 aguardando aprovação do TSE. Estudos internacionais apontam o Brasil como o país com o maior número de siglas no parlamento.
- A Lei nº 9.096 de 1995 que rege os Partidos Políticos em seu art. 2º diz: "É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos cujos programas respeitem a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana".
- O pluripartidarismo e o fundo partidário referendados pela Constituição de 88 em seu art. 17 acabam por diluir em muito as ideologias políticas, gerando distorções no sistema eleitoral e representação social.
- Os partidos políticos acabam sendo criados como formas de obtenção de recursos do fundo partidário e quota mínima de tempo de propaganda eleitoral gratuita, que é utilizada como moeda de troca com outros partidos coligados para promoção de certos candidatos.
- Para chegar ao TSE, as legendas precisam apresentar pelo menos 101 fundadores de, no mínimo, 1/3 dos estados. E então o Tribunal confere as assinaturas, que devem totalizar cerca de 493 mil, divididas em pelo menos 1/3 das unidades federativas.
- O valor estabelecido pela Lei Orçamentária Anual (LOA) para o fundo partidário em 2020 foi de R\$ 927,8 milhões distribuídos entre as legendas que alcançaram o percentual de votos na eleição anterior exigido pela cláusula de barreira.



Partidos políticos *(cont.)*

- Essa epidemia de partidos apenas torna mais complexa a tomada de decisões quando se faz necessário alinhar propostas no parlamento e se transforma em um artifício para troca e centralização de poder, perpetuando a história de concentração política do Brasil.
- O pluripartidarismo, além de onerar ainda mais o cidadão pagador de impostos, contribui para o inchaço da máquina pública, com grandes gastos orçamentários e poucos resultados palpáveis que justifiquem essa quantidade de legendas representadas no Parlamento, resultando em um completo caos em termos administrativos e representativos.



Poder judiciário

- O artigo 2º da Constituição define que “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”. No entanto, o que se vê na prática não é isso.
- Ao longo dos anos, os ministros do STF passaram, individual e colegiadamente, a usurpar as competências dos demais Poderes e do Ministério Público, exercendo o comando do país em todas as questões relevantes nos planos institucional, político e social.
- A Suprema Corte interfere em todas as áreas da administração pública, legisla, veta leis ou as interpreta conforme as inclinações ideológicas e político-partidárias de seus membros. A mesma conduta errática se dá com as normas constitucionais, que o Supremo desrespeita e interpreta conforme os ventos do oportunismo político que ele cria ou respalda.
- A causa está no próprio Poder Legislativo, no Congresso Nacional, que abdicou de seu dever de debater e legislar sobre as questões nacionais visando ao bem público e aos interesses da sociedade e do país.
- O STF, como toda e qualquer instância judiciária, não age por conta própria. Ele somente instaura o processo e decide os pedidos formulados pelas partes litigantes. Sua posição é receptiva, é passiva. Ele nunca toma a iniciativa de processar ou de julgar e muito menos de legislar, de vetar e de praticar atos administrativos.
- São os partidos que vão até o STF para pedir que ele decida o que eles próprios deveriam fazer no Congresso em favor dos interesses da Nação e do povo. A razão dessa entrega da competência legislativa ao STF se deve ao fato de o nosso Parlamento não repercutir os interesses da sociedade.

Poder judiciário *(cont.)*

- A Constituição de 1988, já temendo essa fraqueza do Congresso em exercer o seu papel republicano frente aos Poderes Executivo e Judiciário, propugna, em seu artigo 49, que: “É da competência exclusiva do Congresso Nacional: [...] XI - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes”.
- O temor espelhado na Carta de 1988 se confirmou: as discussões políticas e as leis são trazidas pelos partidos para o seio do STF, que é quem debate e decide sobre elas - e o faz com escancarado viés político, em detrimento de qualquer consideração de ordem constitucional, legal ou ética, nem de longe a favor do país.
- Sem uma solução estrutural profunda do regime de representação e das competências dos três Poderes, continuaremos a ter uma falsa democracia, um arremedo de República e uma constante ameaça às liberdades públicas.

Segurança pública

- Os constituintes, ao elaborar nossa Constituição “cidadã”, previram a segurança entre os “direitos” para o brasileiro. Acreditaram que assim fazendo, através de lei, se resolveria o problema, mas não foi o que aconteceu.
- Em 1988, ano de promulgação da Constituição, o número total de homicídios foi de 23.370 pessoas e, em 2017, 30 anos depois, saltou para 65.602. Isso significa que no Brasil morrem por ano mais pessoas que todos os americanos mortos durante todos os 16 anos da guerra do Vietnã.
- A prática de crimes dos jovens entre 12 e 17 anos aumentou em quase seis vezes entre 1996 e 2014 também devido ao decreto 6.481 de 12/junho/2008 no período petista, que impossibilitou adolescentes de trabalhar.
- Somos o país que possui o maior número de policiais mortos. Em se tratando de violência sexual, há em média 180 estupros por dia e 4 meninas de até 13 anos são estupradas por hora.
- A taxa de resolução de crimes no Brasil é inferior a 10%. Ou seja, mais de 90% dos crimes cometidos ficam impunes, estimulando a criminalidade. Enquanto o investimento em segurança pública é pífio, o nosso judiciário custa 1,3% do PIB versus 0,14% nos EUA e Inglaterra.
- Dados do Fórum Brasileiro de Segurança mostram que o Estado aplica 1,38% do PIB na segurança pública, enquanto os EUA gastam mais de 2% e o Japão apenas 1,24%.
- O governo gastará este ano R\$ 21,5 bi com estatais deficitárias e desnecessárias, sendo que muitas delas, como Ceitec, Correios e Valec, foram saqueadas em governos anteriores. Isso demonstra uma péssima alocação de recursos que poderiam ser destinados à segurança.
- Boa alocação de recursos seria aumentar o número de policiais que garantem a nossa segurança e cuidar deles com treinamento adequado, melhor equipamento - como notebooks, coletes, viaturas e armamentos, melhor remuneração e melhores condições de trabalho.



Trabalho infantil

- O trabalho doméstico é proibido no Brasil para menores de 18 anos. A proibição vale desde 12/06/2008, quando entrou em vigor durante o governo petista o decreto nº 6.481. Antes era legal a contratação - desde que com carteira - de maiores de 16 anos e menores de 18 anos.
- É inaceitável a exploração do trabalho do menor em atividades insalubres ou de risco, mas exercer funções leves deve ser uma decisão da família e não dos governos de plantão. O trabalho, ainda que simples, dignifica, ensina-lhe educação, disciplina, recompensa financeira e valores.
- O número de jovens entre 12 e 17 anos que foram apreendidos pela prática de crimes aumentou 6 vezes entre 1996 e 2014. Isso é resultado também, dentre outros fatores, da legislação proibindo o trabalho de menores.
- Menores podem ajudar os pais com seu trabalho, adicionando renda e iniciando uma carreira que poderá ser um atalho para se tornar amanhã um empreendedor. Ninguém melhor que os pais para tomar esta decisão, pois existem inúmeras oportunidades de trabalho leve para menores.

Posição do Brasil nos *rankings* internacionais em 2018

Liberdade econômica	153°
Índice global da paz	116°
Doing business	109°
Percepção de corrupção	106°
Liberdade de expressão	102°
Desenvolvimento humano	79°
Competitividade	72°
Pisa	57°

Ed. 08/11/2022



O legado da SOCIAL-DEMOCRACIA nos últimos 35 anos

1ª Edição - Out/2022

Organização: Ana Carolina Oliveira e Igor Matos

Distribuído por: Instituto Liberal

www.institutoliberal.com.br

[instLiberal](https://www.instagram.com/instLiberal) [@@instituto_liberal](https://www.facebook.com/@instituto_liberal)